

REFORMA ADMINISTRATIVA

Modernização do Estado ou desmonte do serviço público?

PEC 38/2025, de iniciativa do Legislativo, prevê gestão por resultados, digitalização e combate a privilégios, mas especialistas alertam para riscos de precarização e interferência política

» JÉSSICA ANDRADE

A reforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional por meio da PEC 38/2025, busca redesenhar o funcionalismo público. A proposta foi construída a partir de um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e pretende modernizar a máquina pública, fortalecer a gestão por resultados e reduzir privilégios. O texto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) e tem o apoio do parlamentar para seguir à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC altera regras constitucionais e cria novas formas de vínculo entre o Estado e os servidores, além de introduzir avaliações de desempenho e ampliar a digitalização dos serviços públicos. O texto propõe transformar a eficiência e a transparência em pilares do serviço público, com metas, incentivos e mecanismos de controle mais próximos da administração privada.

Para o advogado Jonas Hipólitio, especialista em direito administrativo, a proposta “busca adequar o Estado a um modelo mais flexível e orientado por resultados”, sem romper totalmente com as bases constitucionais da administração pública. Ele explica que a reforma “mantém o concurso como regra de ingresso e preserva princípios como legalidade e impessoalidade, mas flexibiliza vínculos funcionais e cria formas de contratação por tempo indeterminado ou temporário”.

A professora Alketa Peci, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), define a reforma como “um processo deliberado e abrangente de mudança no setor público” e

Marcello Casal Jr/Agencia Brasil



Lideranças sindicais alertam para os impactos em áreas como saúde, educação e assistência social

Reprodução/Sindireta



Ibrahim Yusef: “Não combate privilégios nem corrige distorções”

Reprodução/FGV



Professora Alketa Peci diz que o texto aborda mais de 70 propostas

Reprodução



Maria Lucia, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, é contra a PEC